



DIREITO DO TRABALHO



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

REPESCAGEM - DIREITO DO TRABALHO

A sociedade empresária METALÚRGICA VALE DO SOL LTDA., inscrita no CNPJ nº 33.444.555/0001-66, com sede na Avenida Industrial, nº 2.400, Campinas/SP, admitiu ANDERSON TOLEDO, brasileiro, casado, operador de produção, residente na Rua das Oficinas, nº 87, Campinas/SP, em 04/03/2019, tendo-o dispensado, sem justa causa, em 15/12/2025. Em 20/01/2026, o ex-empregado ajuizou reclamação trabalhista perante a 3ª Vara do Trabalho de Campinas/SP, na qual alegou ser portador de doença ocupacional adquirida no exercício da função e postulou, em sede de tutela de urgência, a sua reintegração ao emprego, ao argumento de ser detentor da estabilidade acidentária.

Em 10/03/2026, antes de encerrada a instrução processual e sem a realização de perícia médica, o Juízo da 3ª Vara do Trabalho de Campinas/SP deferiu a tutela de urgência e determinou a imediata reintegração do reclamante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). A sociedade empresária foi intimada da decisão em 12/03/2026. Consta dos autos, em documentos juntados pela própria sociedade empresária, que o reclamante jamais se afastou do trabalho por período superior a 15 (quinze) dias; que nunca percebeu auxílio-doença acidentário; que não houve emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) em qualquer momento do contrato; e que o atestado de saúde ocupacional demissional o considerou apto, sem qualquer restrição. Em 16/03/2026, ainda sem que tenha sido proferida sentença nos autos originários, a sociedade empresária procura você, como advogado(a), munida de cópia integral do processo, para a adoção da medida judicial cabível contra a decisão que deferiu a tutela de urgência.

QUESTÃO: Elabore a peça processual adequada à defesa dos interesses da sociedade empresária, indicando todos os fundamentos jurídicos pertinentes. (Valor: 5,00)

Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

A empresa Papel & Arte Comércio de Materiais Ltda. foi condenada em reclamação trabalhista ajuizada por sua ex-empregada Mariana Lopes. Entre as parcelas deferidas na sentença está o pagamento do décimo terceiro salário, embora a empregadora sustente que a verba já havia sido integralmente quitada durante o contrato de trabalho. No curso do processo, a empresa não apresentou o respectivo comprovante de pagamento, pois seus documentos contábeis e trabalhistas haviam sido subtraídos durante um furto ocorrido em sua sede, ocasião em que foram levados computadores, arquivos físicos e outros bens. Após a prolação da sentença, parte da documentação foi recuperada pelas autoridades policiais, inclusive o recibo que comprovaria o pagamento do décimo terceiro salário discutido na ação. A sociedade empresária pretende, então, apresentar o documento juntamente com o recurso, destacando que a sentença também não determinou a compensação ou a dedução de valores eventualmente pagos sob o mesmo título.

Considerando a situação apresentada e o entendimento jurisprudencial consolidado, responda aos itens a seguir.

A) É admissível a juntada do recibo na fase recursal? Fundamente. (Valor: 0,65)

B) Após o trânsito em julgado, a decisão condenatória poderá ser submetida a protesto? Fundamente. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Helena foi contratada em regime de teletrabalho por sociedade empresária que conta com 80 (oitenta) empregados. O contrato escrito estipulou expressamente que a prestação de serviços se daria por jornada, das 9h às 18h, e a empregadora fiscalizava o horário por meio de sistema eletrônico de registro de login e logout. Após a extinção do contrato, Helena ajuizou reclamação trabalhista postulando o pagamento de horas extras habitualmente prestadas. Regularmente intimada, a empregadora deixou de juntar aos autos os controles de jornada, limitando-se a sustentar que, por se tratar de teletrabalho, a empregada não estaria sujeita a controle de horário.

Na qualidade de advogado(a) de Helena, responda aos itens a seguir.

- A) O empregado em regime de teletrabalho contratado por jornada está excluído do regime de duração do trabalho, como sustenta a empregadora? Justifique. (Valor: 0,65)
- B) Qual a consequência processual da não apresentação injustificada dos controles de jornada pela empregadora? Justifique. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Patrícia foi contratada por uma empresa do ramo de confecções e percebia remuneração mensal equivalente a dois salários-mínimos. Após o término do contrato de trabalho, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando o pagamento de diversas parcelas que entendia devidas. Na petição inicial, a reclamante não formulou pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, tampouco apresentou declaração de insuficiência econômica. Ao proferir a sentença, o magistrado julgou improcedentes todos os pedidos, mas concedeu, de ofício, a gratuidade da justiça à trabalhadora.

Considerando a situação apresentada e a legislação aplicável, responda aos itens a seguir.

A) A concessão, de ofício, dos benefícios da justiça gratuita pelo magistrado está correta? Fundamente. (Valor: 0,65)

B) Caso a empresa reclamada deixe de comparecer à audiência inaugural, qual será a consequência processual? Fundamente. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Em execução trabalhista definitiva, frustradas as tentativas de constrição do patrimônio da sociedade empresária executada, o exequente requereu o imediato redirecionamento da execução ao patrimônio pessoal de Márcio, que se retirou da sociedade há quatro anos, com a modificação do contrato social regularmente averbada, e sem que se tenha cogitado de qualquer fraude na alteração societária. A reclamação trabalhista foi ajuizada três anos após aquela averbação. O Juízo, de plano e sem qualquer oportunidade de manifestação, determinou a inclusão de Márcio no polo passivo e o bloqueio de seus ativos financeiros.

Na qualidade de advogado(a) de Márcio, responda aos itens a seguir.

- A) Márcio responde pelas obrigações trabalhistas da sociedade? Justifique. (Valor: 0,65)
- B) É válido o redirecionamento da execução sem a prévia instauração do incidente próprio e qual o recurso cabível contra a decisão que o acolhe na fase de execução? Justifique. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	